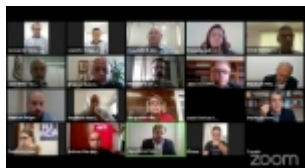


MINAS: COM PANDEMIA, EMPRESÁRIOS PEDEM MENOS JUROS E MAIS CRÉDITO



Participantes de encontros do Sul e da Zona da Mata defendem que Recomeça Minas preveja mais prazo para pagar dívidas.

Redução ou mesmo o fim de juros e de multas para regularizar o pagamento de impostos, facilidades na obtenção de crédito e início do pagamento das dívidas parceladas somente no ano que vem. Estas foram algumas das medidas defendidas, nesta segunda-feira, (19/04), por empresários, comerciantes e políticos para amenizar os efeitos da crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19.

Eles participaram dos encontros regionais do Recomeça Minas que tiveram como base as cidades-polo de Varginha (Sul de Minas) e Juiz de Fora (Zona da Mata).

Plano da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para incentivar a recuperação econômica do Estado, o Recomeça Minas está contido no Projeto de Lei (PL) 2.442/21, em análise no parlamento mineiro.

Com o objetivo recolher sugestões da sociedade para o aperfeiçoamento do projeto, desde a última quinta, (15/04) estão sendo realizados quatro encontros regionais por dia, todos em formato on-line. A programação termina nesta terça, (20/04).

Os participantes dos dois encontros da manhã foram unânimes em defender que a vacinação seja acelerada. Também elogiaram o PL 2.442/21, que tem o presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus (PV), como primeiro signatário e que prevê a redução de multas e juros de impostos para regularização das dívidas e, ao mesmo tempo, a utilização de recursos gerados por essa medida no socorro aos setores mais atingidos pela pandemia.

Nas duas reuniões, foi apontado que a iniciativa da Assembleia é fundamental para a retomada da economia mineira. No encontro do Sul de Minas, por exemplo, o empresário e professor universitário Júnior Furtado considerou que o projeto trabalha a política fiscal com a redução de impostos e transforma esse benefício fiscal em recursos que podem ajudar os setores afetados. *“As empresas que não forem socorridas vão fechar e não vão pagar impostos, mas se mantivermos a sobrevivência dessas empresas, além de manter empregos, no futuro elas podem voltar a pagar os impostos”*, apontou.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre, Ibrahim Kallás,

defendeu que, além da ajuda do poder público, sejam pensadas, já durante a crise, estratégias de recomeço específicas para cada segmento da economia.

Multas zeradas e redução de ICMS são reivindicadas

A presidenta da Associação Comercial e Industrial de Andradas, Rosana Fraga Souza, defendeu a alíquota zero de multas e juros, além da suspensão no pagamento dos impostos por três meses. Para ela, essas medidas são fundamentais para que os empresários voltem a ter dinheiro em caixa.

Já o presidente do Conselho de Administração da Companhia Industrial Cataguases, José Inácio Peixoto Neto, sugeriu, no encontro da Zona da Mata, a redução do ICMS interno, para não onerar o custo final dos produtos do setor têxtil. Ele ainda pediu a isenção de multas sobre débitos contraídos em função da pandemia. *“Que se mantenham os juros, mas multa é a penalização por algo (o vírus) que impediu um setor de funcionar”*, defendeu.

Leonardo Veronese, delegado Regional do Sindicato das Indústria do Vestuário (Sindivest), em Muriaé, frisou que há empresas que já refinanciaram débitos com o Estado por meio de programas de recuperação fiscal (Refis). Por isso, reivindicou que elas possam optar por se inserir na nova sistemática com o valor ainda em aberto, uma vez aprovado o PL 2.442.

Prazo alongado

Guilherme Duarte, vice-presidente da Associação Comercial de Juiz de Fora, comparou a situação atual do setor a um grande hospital em relação às chances de sobrevivência, tentando ilustrar as dificuldades enfrentadas para salvar empresas e manter empregos.

Já Henrique Pena, presidente da CDL e da Associação Comercial de Muriaé, avaliou que o on-line pode se tornar o vilão da recuperação, se não houver estímulo também às lojas físicas nesse momento.

Crédito é motivo de preocupação

Outro ponto abordado foi a necessidade de acesso a crédito. O presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais (Federaminas), Valmir Rodrigues da Silva, afirmou que os empresários precisam de estímulo, através da facilidade na obtenção de crédito.

Nesse sentido, o presidente Agostinho Patrus disse que já solicitou a realização de uma audiência com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para tratar da revisão nos critérios de concessão de créditos, facilitando o acesso dos empresários.

O presidente da CDL de Juiz de Fora, Marcos Tadeu Casarin, e o assessor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Muriaé, Leandro Veiga, ainda defenderam que sejam revistos os critérios de avaliação de uma empresa para acesso ao crédito barato.

Turismo e eventos são destacados entre os mais prejudicados

Nas reuniões, também foi abordada a situação de outros segmentos, como de turismo

e do setor de alimentação no Sul de Minas, e de eventos na Zona de Mata.

O secretário Municipal de Turismo de Camanducaia, Bruno Rosa, e o presidente do Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação de Varginha, André Yuki, defenderam a possibilidade de parcelamento do pagamento dos impostos para esses setores, além da redução das multas e dos juros.

O secretário de Turismo de Caxambu, Felipe Condé, também apresentou uma série de sugestões para o setor, como o aumento do repasse do ICMS do turismo para os municípios.

O presidente da Associação Brasileira de Empresas de Formatura, Michel Bruce Cerqueira Fonseca, frisou no encontro da Zona da Mata que o setor de eventos no País responde por 3,5% do PIB e defendeu um programa de ajuda emergencial para o segmento em Minas, onde, segundo ele, já foram perdidos mais de 300 mil empregos.

Municípios também têm facilitado a regularização das dívidas

Prefeitos municipais do Sul de Minas destacaram que também têm adotado iniciativas que possibilitem a sobrevivência das empresas e, ao mesmo tempo, a entrada de recursos no caixa das prefeituras.

O prefeito de Varginha, Verdi Lúcio Melo, disse que apresentou projeto na Câmara Municipal prevendo a redução das multas e juros e o parcelamento, para incentivar a regularização das dívidas.

Em Poços de Caldas, o prefeito Sérgio Azevedo informou que uma das soluções delineadas pela comissão formada para pensar na retomada econômica foi a apresentação de projeto para retirada dos juros dos impostos e regularização das dívidas.

Também a prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão, disse que está sendo adiado para o fim do ano o recebimento do IPTU, além de estar sendo proposto à Câmara Municipal uma anistia com remissão de débitos.

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/2052/mg-economia-com-pandemia-empresarios-pedem-menos-juros-e-mais-credito> em 28/09/2026 18:41